



## A ÉTICA SOCIAL DE JOÃO CALVINO

Christian Medeiros\*

**Resumo:** Neste artigo, pretende-se expor de modo objetivo e geral as concepções fundamentais da ética social proposta pelo reformado protestante João Calvino (1509-1564), a partir de seus comentários bíblicos, obras de cunho prático e, especialmente, sua principal obra, *A instituição da religião cristã* (2009). A ética de Calvino constitui-se em um dos elementos essenciais para a compreensão do impacto das suas ideias como contributo influenciador de bases fundamentais do Ocidente moderno, especificamente nas esferas política, econômica e social.

**Palavras-chave:** Reforma Protestante. João Calvino. Teologia. Ética. Responsabilidade social.

Tomada essencialmente pelo compromisso religioso-teológico, a Reforma Protestante é considerada um movimento histórico que determinou novos rumos, novas perspectivas e mudanças de mentalidades, que, por sua vez, produziram efeitos concretos e duradouros observados, materialmente, até o presente tempo. A estrutura de pensamento recorrente dos reformadores evidencia que a fundamentação teológica foi o determinante das suas ações práticas. Compreendemos que a fundamentação ética se constitui em aspecto central para a compreensão dos compromissos efetivos desses homens; por conseguinte, o pensamento teológico, para a ação que se encontra em João Calvino (1509-1564), segue o mesmo postulado estruturante, qual seja, conhecimento bíblico norteador das práticas efetivas na vida comum do cotidiano. Seguindo tal concepção, temos como objetivo apresentar, sucintamente, os elementos da ética social do reformador genebrino. Consideramos que esse sistema ético é o elo entre o pensamento do reformador e o extenso espectro de influência reconhecida em sua amplitude e diversidade encontrados na sociedade ocidental. O fundamento é determinadamente teológico, porém, os impactos são políticos, sociais e econômicos. Uma característica evidente em Calvino é sua inserção no humanismo renascentista, contudo, o seu humanismo é especificamente distinto pelo reconhecimento do valor do ser humano como expressão de sua submissão ao Deus da Palavra e à Sua Revelação Escrita.

---

\* Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Professor dos cursos de Teologia e Filosofia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e professor de História da Igreja no Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. *E-mail:* christian.medeiros@mackenzie.br

Nos escritos de João Calvino, encontramos princípios que são essenciais à compreensão das suas proposições éticas, estabelecendo uma estrutura fundamental concernente: 1) à vocação e ao trabalho; 2) ao uso adequado do dinheiro e à importância social da poupança; e, 3) à frugalidade ou uso consciente dos bens. Esses aspectos possuem amplas e importantes implicações políticas, sociais e econômicas – e, acima de tudo, humanas e solidárias – não somente no século em que foram propostos, produzindo grande impacto em todo o mundo ocidental ao longo dos séculos subsequentes.

Calvino expõe uma abordagem que enfatiza o valor do trabalho, apresentada como uma resposta que o ser humano confere a Deus como gratidão pelos dons vocacionais que recebe, dádiva que o capacita a realizar um serviço socialmente imprescindível. Serviço este considerado exercício da vocação, digno em resposta a esse benefício divino, constituindo-se em louvor e adoração a Deus. Calvino (1995, p. 175) considera, então, uma perspectiva mais ampla e enfatiza que "é deveras certo que devemos a Deus não somente uma parte, mas tudo o que temos e somos".

O reformador, mostrando como se deve viver e fazer uso dos recursos que se possui, apresenta a vocação como uma regra de vida que, para ser seguida adequadamente, é necessário ter aquela em mente como uma norma ordenada pelo Senhor Deus. Vejamos o que Calvino fala sobre a vocação em um sentido mais abrangente da vida:

É digno de nota que Deus manda cada um de nós ter presente, em todas as ações da vida, sua vocação. Pois Ele sabe com quanta inquietude arde o espírito humano, com quão inconstante leviandade é levado de um lado para o outro, quão cobiçosa é sua ambição de abraçar coisas diferentes ao mesmo tempo. Sendo assim, para nós, com nossa loucura e temeridade, não virássemos tudo do avesso, Ele determinou a cada um seus deveres, segundo os diferentes modos de vida. E, para que ninguém ultrapassasse temerariamente seus limites, chamou a tais maneiras de viver "vocações". Logo, o Senhor atribuiu a cada um sua maneira de viver, como se fosse o seu posto, para que não fique dando voltas temerariamente de um lado para outro por toda a vida. Essa distinção é tão necessária que por ela todas as nossas obras são avaliadas perante Ele; [...] ...o chamado do Senhor é o princípio e o fundamento do agir bem em todas as situações, e que aquele que não se submeter a ele jamais manterá o reto caminho em seus deveres. Poderá talvez fazer algo elogiável em aparência; mas isso, seja lá o que for perante o olhar dos homens, diante do trono de Deus será lançado fora. Assim, não haverá simetria entre as diversas partes de nossa vida. Por conseguinte, tua vida será ordenada da melhor forma enquanto estiver direcionada para esse objetivo, porque ninguém, mesmo movido pela própria temeridade, tentará mais do que sua vocação agüenta, porque saberá que não é lícito ultrapassar seus limites (CALVINO, 2009b, p. 190-191).

Como decorrência natural da vocação, o reformador genebrino expõe qual deve ser a perspectiva correta diante da importância do trabalho, apontando conseqüentemente que "daí nascerá um exímio consolo: que, contanto que obedeças deste modo a tua vocação, não há nenhuma obra tão humilde e tão baixa que não resplandeça diante de Deus e que não seja por Ele considerada preciosíssima" (CALVINO, 2009b, p. 191). Confirma tal visão ao afirmar, em outra obra, de caráter mais prático, que "se seguirmos fielmente nosso chamado divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou nojentoso que não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os olhos de Deus" (CALVINO, 2001, p. 77).

A vocação – ou habilidade para a realização de uma obra –, o trabalho e o seu produto devem ser sempre tomados como uma dádiva divina, logo, o homem não pode jamais julgar-se autossuficiente, e, portanto, a sua dependência a Deus deve permanecer como centro vital e norteador de suas práticas, o que naturalmente poderá impedi-lo de agir com avareza diante dos seus ganhos elevados ou desespero diante da limitação dos recursos. Sem, inclusive, deixar de reconhecer que os recursos financeiros são provenientes exclusivamente das mãos de Deus bondoso, a quem deverá prestar contas pelo uso correto ou não que fizer desses benefícios, o que o conduz ao temor a Deus como expressão de piedade diante de uma adequada e prazerosa dependência da providência divina. Nesse aspecto, o trabalho deverá ser considerado como um meio pelo qual Deus produz e confere sustento aos homens.

Um dos aspectos constantes no pensamento de Calvino é a ênfase que ele confere à necessidade da moderação no uso dos bens terrenos, constituindo-se como uma espécie de freio, que visa evitar erros e extremismos destrutivos. Esse conceito traz consigo o dever da liberalidade em colocar os bens em auxílio aos que necessitam. Dessa feita, ao comentar o texto escrito pelo apóstolo Paulo em 2 Coríntios 8.13, "pois não digo isto para que outros sejam aliviados, e vós, sobrecarregados", assevera:

É deveras certo que devemos a Deus não meramente uma parte, mas tudo o que temos e somos; porém, em sua condescendência, ele nos poupa na medida em que ficamos satisfeitos com aquela extensão da participação que Paulo está delineando aqui, de modo que o seu ensino, aqui, é para ser entendido como uma renúncia da estrita letra da lei. Mas, ao mesmo tempo, tem o sentido de incitar-nos, de tempos em tempos, à liberalidade, já que não devemos ter demasiado receio de ir longe demais; o perigo é, antes de tudo, fazermos pouco demais. Mas este ensino é necessário para refutar os fanáticos que acreditam que você não terá feito nada menos do que despojar-se completamente e depositar tudo num fundo comum. A única coisa que conseguem com esta demência, é que ninguém chega a dar esmolas com uma boa consciência. [...] sua brandura e moderação ao dizer que os nossos donativos agradam a Deus quando aliviámos a necessidade de nossos irmãos, tirando

de nossa abundância, de tal forma que o resultado não é que sejam eles aliviados e nós prejudicados, mas, ao contrário, que lhes demos algo proporcional com os nossos próprios recursos, e que demos com um coração disposto (CALVINO, 1995, p. 175).

Em seguida, comentando a continuidade do texto – “mas para que haja igualdade” –, segue apresentando o seu ensino sobre como os cristãos devem fazer uso adequado do dinheiro, afirmando:

*Igualdade*, aqui, pode ser considerada de duas maneiras, ou significando a mútua compensação, quando cada parte dá uma quantia equivalente, ou uma justa proporção. Considero como significando que cada um deve dar segundo uma justa proporção do que possui. Ele usa o termo com este significado em Colossenses 4.1, onde exorta os senhores a darem a seus servos o que é *eqüitativo*. Certamente, ele não está querendo dizer que devam ser eqüitativos em *condição* e *status*, e, sim, em *bondade* e *clemência*, pois é isto o que os senhores devem a seus servos. Assim mesmo o Senhor ordena que demos em justa proporção dos recursos que nos estão disponíveis, tanto quanto nossos fundos permitem, socorrendo àqueles que se acham em dificuldades, de tal modo que não haja alguns com extrema abundância e outros com extrema carência (CALVINO, 1995, p. 175, grifos do autor).

Calvino propõe o que chama de “regra da equidade proporcional”, apontando que, “enquanto os membros compartilham uns com os outros, em proporção às suas dádivas e necessidades, esta participação mútua resulta numa justa sistematização, ainda que alguns tenham menos e outros mais, e as dádivas sejam distribuídas desigualmente” (CALVINO, 1995, p. 176). Comentando a carta de Paulo aos Romanos, retoma a temática enfatizando que tal perspectiva deve ser central para a comunhão dos crentes de modo prazeroso:

Todas as pessoas desejam possuir o bastante que as poupe de depender do auxílio de seus irmãos. Mas quando ninguém possui o suficiente para suas necessidades pessoais, então surge um vínculo de comunhão e solidariedade, pois que cada um se vê forçado a buscar empréstimo dos outros. Admito, pois, que a *comunhão dos santos* só é possível quando cada um se vê contente com sua própria medida, e ainda reparte com seus irmãos as dádivas recebidas, e em contrapartida admite ser também assistido pelas dádivas alheias (CALVINO, 1997b, p. 430, grifo do autor).

Sobre a frugalidade e a avareza, além do enriquecimento ilícito e uso indevido do dinheiro, novamente apresentando o seu costumeiro bom senso, de modo comedido e prudente, enfatiza que as riquezas têm o propósito de servir aos necessitados, assim continua desta-

cando tal perspectiva ao comentar o texto de 2 Coríntios 8.15, em que o apóstolo faz referência ao modo pelo qual Deus supriu a necessidade de sustento do povo de Israel em sua jornada pelo deserto rumo à terra prometida. Observemos atentamente:

Moisés admoesta o povo que por algum tempo fora alimentado com o *maná*, para que soubesse que o ser humano não é alimentado por meio de sua própria indústria e labor, senão pela bênção de Deus. Assim, no *maná* vemos claramente como se ele fosse, num espelho, a imagem do pão ordinário que comemos. [...] O Senhor não nos prescreveu um *ômer* ou qualquer outra medida para o alimento que temos cada dia, mas ele nos recomendou a frugalidade e a temperança, e proibiu que o homem exceda por causa da sua abundância. Por isso, aqueles que têm riquezas, seja por herança ou por conquista de sua própria indústria e labor, devem lembrar que o excedente não deve ser usado para intemperança ou luxúria, mas para aliviar as necessidades dos irmãos. Tudo o que possuímos é *maná*, seja de que fonte venha, desde que seja realmente nosso, já que as riquezas adquiridas por fraude ou por meios ilícitos não merecem o nome de *maná*, senão que, ao contrário, são codornizes enviadas por Deus em sua ira. E assim como o *maná*, que era acumulado como excesso de ganância ou falta de fé, ficava imediatamente putreficado, assim também não devemos alimentar dúvidas de que as riquezas que são acumuladas à expensa de nossos irmãos são malditas, e logo perecerão, e seu possuidor será arruinado juntamente com elas, de modo que não conseguimos imaginar que a forma de um rico crescer é fazendo provisões para um futuro distante e defraudando os nossos irmãos pobres daquela ajuda que a eles é devida. Reconheço, deveras, que não estamos limitados a uma igualdade tal que seria errado ao rico viver de forma mais elegante do que o pobre; mas deve haver uma igualdade tal que ninguém morra de fome e ninguém acumule sua abundância a expensas de outrem. O *ômer* do homem pobre será comida comum e uma dieta frugal, e a porção do homem rico será mais abundante, segundo suas circunstâncias; todavia, que seja de tal maneira que viva temperadamente e não prejudique a outrem (CALVINO, 1995, p. 177, grifos do autor).

O reformador não propõe uma sociedade padronizada economicamente, mas ressalta, de modo explícito, que qualquer riqueza acumulada à custa dos mais necessitados é amaldiçoada por Deus, porquanto perecerá rapidamente. Contudo, uma ênfase clara é conferida à responsabilidade para com o próximo, no uso comedido das posses e que não sejam provenientes da opressão ao próximo. Acrescenta que as riquezas não devem ser obtidas como consequência direta da pobreza, mas como fruto do trabalho comprometido como uma expressão dos dons vocacionais recebidos de Deus.

Calvino apresenta o auxílio ao próximo como uma expressão de culto a Deus, considerando que todos os bens que possuímos são dádivas do Senhor. Portanto, não expressar amor

pelo próximo na concretude da vida consiste em privá-lo de seus direitos conferidos pelo próprio Deus, bem como privar ao próprio Deus do culto que Lhe é devido, pois é Ele quem determina tal prática. Destaca Calvino ao comentar o texto da Carta aos Hebreus 13.16 "mas não vos esqueçais de fazer o bem", ensinando que:

Sejam quais forem os benefícios que façamos pelos homens, Deus os considera como feitos a ele próprio, e lhes imprime o título de sacrifício. [...] se porventura queremos oferecer sacrifício a Deus, então devemos invocar seu Nome, fazer conhecida sua munificência através de ações de graças e fazer o bem aos nossos irmãos [...] a esse ensino adiciona-se uma exortação, com o propósito de estimular-nos sensivelmente à expressão de benevolência para com nosso próximo. Não é uma honra trivial o fato de Deus considerar o bem que fazemos aos homens como sacrifício oferecido a ele próprio, e o fato de valorizar tanto nossas obras, as quais não possuem dignidade em si mesmas, que as denomina de *santas*. Portanto, onde nosso amor não se manifesta, não só despojamos as pessoas de seus direitos, mas também a Deus mesmo, o qual solenemente dedicou a si o que ordenou fosse feito em favor dos homens (CALVINO, 1997a, p. 394-395).

Em *A instituição da religião cristã* (2009), no capítulo dez do terceiro livro de sua obra magna, "Como se deve usar a vida presente e seus meios", Calvino especifica aspectos essenciais para a compreensão das suas proposições quanto ao modo adequado de utilização dos bens terrenos. A percepção da transitoriedade da vida, somada à certeza do futuro no céu, leva o crente a conceber a presente vida como uma peregrinação e, durante a estada nessa terra, o uso dos bens é naturalmente necessário à jornada, portanto, adverte que usemos das coisas deste mundo sem nos tornarmos dependentes e escravos delas. Não encontramos ascetismo no reformador, nem, contudo, alguém adepto de uma espécie de hedonismo inconsequente, tampouco há posicionamentos extremados e infundados diante da realidade da vida, mas encontramos em Calvino, como seria apropriado a alguém que buscar ser dirigido unicamente pela Palavra de Deus, o ensino enfático de uma perspectiva de uso moderado dos bens terrenos em conformidade com os ensinamentos do Senhor Deus. Observemos:

Se é preciso viver, é preciso também que nos sirvamos dos meios necessários para isso. E não podemos evitar aquelas coisas que parecem sujeitas mais ao prazer que à necessidade. Logo, é preciso que tenhamos uma medida, a fim de usar tais coisas com consciência limpa, seja por necessidade, seja por prazer. A medida, no-la prescreve o Senhor com sua Palavra, quando ensina que a vida presente é uma espécie de peregrinação para os seus, por meio da qual se encaminham ao reino celestial. Se é preciso ao menos passarmos pela terra, não há dúvida de que, enquanto isso, devemos usar seus bens, a fim de que mais ajudem do que retardem nosso percurso. Por isso, Paulo aconselha a nos servirmos deste mundo como se

dele não nos servíssemos, e a comprarmos as posses com a mesma disposição com que as vendemos (1 Co 7, 31) (CALVINO, 2009b, p. 186).<sup>1</sup>

Para Calvino (2009b), alvo e direção são determinantes para uma ação ética, porquanto "o uso dos dons de Deus não é desencaminhado quando se atém à finalidade para a qual seu autor os criou e destinou, já que Ele os criou para nosso bem, não para nossa destruição", atestando que deste modo "ninguém se manterá no caminho mais retamente do que aquele que olhar com diligência para esse fim" (CALVINO, 2009b, p. 187). Exemplificando, aponta:

Ora, se pensarmos na finalidade para a qual Ele criou os alimentos, descobriremos que quis atender não somente a nossa necessidade mas o nosso deleite e satisfação. Da mesma forma as roupas, além da necessidade, atendem ao decoro e à honestidade. Nas ervas, árvores e frutas, além das várias utilidades, há a graciosidade da aparência e o prazer do perfume" (CALVINO, 2009b, p. 187).

Conclui sua ponderação apresentando que a finalidade de tudo quanto Deus dá ao ser humano deve levá-lo naturalmente à gratidão ao Supremo doador das dádivas, uma vez que "Ele criou todas as coisas para nós a fim de que o reconhecêssemos como autor, e que recompensemos sua indulgência para conosco por meio da ação de graças" (CALVINO, 2009b, p. 188).

Consequentemente, nesse contexto, Calvino (2001, p. 73) apresenta uma regra áurea que prescreve a adequada conduta e um salutar modo de lidar com os bens materiais deste mundo, "aqueles que desfrutem deste mundo, que o façam como se não desfrutassem"; e uma vida com temperança, "usemos este mundo como se não o usássemos". Observemos:

Mas não há caminho mais seguro e mais curto do que aquele que se faz pelo desprezo da vida presente e pela meditação da imortalidade celestial. Pois daí seguem duas regras: que

---

1 - Continua no mesmo parágrafo: "Pois houve alguns, de resto homens bons e santos, que, como vissem que a intemperança e a luxúria correm com desenfreada licenciosidade, a menos que sejam mais severamente contidas, e como desejassem corrigir tão pernicioso mal, ocorreu-lhes, como única saída, permitir ao homem o uso dos bens corpóreos contanto que a necessidade o exija. É, evidentemente, uma decisão piedosa; mas foram austeros demais. Pois (o que é muito perigoso) ataram as consciências com nós mais apertados do que aqueles com os quais são ligadas pela Palavra de Deus. Além disso, para eles, necessidade é te absteres de todas as coisas sem as quais podes passar. Assim, segundo eles, apenas nos seria lícito acrescentar algo ao pão comum e à água. É ainda maior a austeridade de outros, como se conta de Crates de Tebas, que jogou suas riquezas no mar, porque pensava que, se elas não se perdessem, ele haveria de se perder por causa delas. Hoje, porém, muitos, enquanto buscam um pretexto com que justificar sua intemperança da carne no uso das coisas externas, e no intuito de deixar o caminho aberto para o lascivo, afirmam como certo, o que de modo algum lhes concedo, que a liberdade não deve ser restrita por nenhuma regra, mas que se deve permitir à consciência de cada um o servir-se de tudo o que lhes pareça lícito. Admito que, nesse ponto, não devemos nem podemos obrigar as consciências com fórmulas fixas e rígidas. Mas, como a Escritura nos fornece regras gerais sobre seu uso legítimo, certamente devemos ser limitados em conformidade com elas" (CALVINO, 2009b, p. 186-187).

aqueles que desfrutam deste mundo, que o façam como se não desfrutassem; os que se casam, como se não se casassem; os que compram, como se não comprassem, como prescreve Paulo (1 Co 7.31). Em seguida, que saibam suportar a penúria com não menor paz e paciência do que se fosse uma abundância moderada. Aquele que prescreve que desfrutes deste mundo como se não o desfrutasses, não somente corta toda intemperança da gula, na comida e na bebida, à mesa, nas residências, nas roupas, a vida efeminada, a ambição, a soberba, a altivez, a morosidade, mas também todo cuidado e afeto que ou te impeçam ou te afastem da contemplação da vida celestial e do empenho em cultivar a alma. Com efeito, verdadeiro é este antigo dito de Cato: "Grande cuidado no vestir, grande descuido na virtude", bem como era provérbio comum que "Aqueles que muito se ocupam do cuidado de seu corpo devem ser negligentes com sua alma". Logo, embora a liberdade dos fiéis com respeito às coisas externas não deva ser obrigada por uma fórmula fixa, é certo, no entanto, que está sujeita a esta lei: que os fiéis sejam indulgentes consigo o menos possível; ao contrário, que tenham a intenção constante de inclinar-se a prescindir de toda ostentação de abundância supérflua, pois não só o luxo deve ser reprimido, e acautelem-se diligentemente para que não transformem auxílios em empecilhos (CALVINO, 2009b, p. 188-189).

Se o cristão deve ser desapegado das coisas materiais, conseqüentemente, a usura é condenada, conforme podemos observar na sua exposição do Salmo 15, em que encontramos a exposição de uma das mais importantes perceptivas basilares para a elaboração de proposições econômicas socialmente responsáveis:

Neste versículo Davi prescreve aos santos a não oprimirem seu próximo com usura, nem a forçá-lo a aceitar suborno em favor de causas injustas. [...] Lembremo-nos, pois, de que toda e qualquer barganha em que uma parte injustamente se empenha por angariar lucro em prejuízo da outra parte, seja que nome lhe damos, é aqui condenada. [...] Aconselharia a meus leitores a se precaverem de engenhosamente inventar pretextos, pelos quais tirem proveito de seus semelhantes, e para que não imaginem que qualquer coisa pode ser-lhes lícita, quando para outros é grave e prejudicial.

Com respeito à usura, é raríssimo encontrar no mundo um usurário que não seja ao mesmo tempo um extorquidor e viciado ao lucro ilícito e desonroso. Conseqüentemente, Cato desde outrora corretamente colocava a prática da usura e o homicídio na mesma categoria de criminalidade, pois o objetivo dessa classe de pessoas é sugar o sangue de outras pessoas. É também algo muito estranho e deprimente que, enquanto todos os demais homens obtêm sua subsistência por meio do trabalho, enquanto os cônjuges se fatigam em suas ocupações diárias e os operários servem à comunidade com o suor de sua frente, e os mercadores não só se empenham em variados labores, mas também se expõem a muitas inconveniências e perigos – os agiotas se deixam levar por vida fácil sem fazer coisa algu-



ma, recebendo tributo do labor de todas as outras pessoas. Além disso, sabemos que, geralmente, não são os ricos que são empobrecidos por sua usura, e, sim, os pobres, precisamente quem deveria ser aliviado (CALVINO, 1999a, p. 297-298).

Contudo, no que concerne à possibilidade de cobrança de juros, Calvino compreende tratar-se de uma prática que poderia ser realizada, no entanto, com parâmetros claramente definidos dentro de um caráter ético coerente com o seu sistema de pensamento, constituindo-se, desse modo, o trabalho como o meio prioritário por excelência concedido por Deus para suprir as necessidades do homem, e não a pura e simples especulação financeira destituída da concretude do trabalho. Quanto à cobrança de juros, aponta:

O lucro que obtém alguém que empresta seu dinheiro no interesse lícito, sem fazer injúria a quem quer que seja, não está incluído sob o epíteto de usura ilícita. [...] Em suma, uma vez que tenhamos gravada em nossos corações a regra de eqüidade que Cristo prescreve em Mateus: 'Portanto, tudo quanto quereis que os homens vos façam, fazei-lhes também o mesmo' [7.12], não será necessário entrar em longa controvérsia em torno da usura (CALVINO, 1999a, p. 299).

Calvino ainda propõe regras norteadoras não somente para os mais abastados de bens materiais, mas também diretrizes que devem ser aplicadas por aqueles que estão debilitados financeiramente. Desta feita, um aspecto central é a paciente confiança em Deus diante da realidade da vida que os crentes devem ter:

A outra regra será que aqueles para quem as coisas são apertadas e parcas saibam suportar com paciência sua pobreza, para não se verem atormentados por uma cobiça imoderada. Aqueles que o conseguem, aproveitaram não pouco na escola do Senhor. Assim como dificilmente pode ter com o que provar que é discípulo de Cristo aquele que, nessa parte, não tenha ao menos aproveitado nada. Pois, a despeito de o apetite das coisas terrenas vir acompanhado de muitos outros vícios, aquele que sofre a penúria com impaciência mostra, entretanto, o vício contrário na abundância. Entendo por isso que quem se envergonha de sua roupa pobre vangloriar-se-á de uma cara; quem não se contenta com uma refeição frugal inquietar-se-á com o desejo de outra, mais lauta, e abusará com intemperança também das iguarias, se as provar; quem com grande dificuldade e espírito inquieto suporta uma condição humilde, se chegar a obter honras, de modo algum poderá abster-se de um comportamento arrogante. Logo, aproximem-se todos aqueles para quem a prática da piedade não é fingida, para que aprendam, a exemplo do apóstolo, tanto a estar saciados como a ter fome, a viver na penúria e na abundância (Fp 4.12) (CALVINO, 2009b, p. 189).

Há ainda uma terceira regra sobre o uso das coisas terrenas, que possui íntima ligação com os preceitos da caridade, considerando enfaticamente que a sua efetiva prática haverá de prestar contas a Deus por sua integridade no uso. Observemos:

Ensina-nos que todas as coisas nos são dadas pela benignidade de Deus e destinadas a nosso bem-estar, de forma que sejam como um depósito do qual um dia havemos de prestar contas. Por conseguinte, é preciso administrá-las como se soasse sempre em nossos ouvidos aquela sentença: "Presta conta de tua administração" [Lc 16, 2]. E, ao mesmo tempo, recordemos quem nos exige tal prestação de contas, a saber, aquele que tanto nos recomendou a abstinência, a sobriedade, a frugalidade e a modéstia, e que execra o luxo, a soberba, a ostentação e finalmente a vaidade; que não aprova outra dispensação de bens do que aquela que está unida à caridade; que por sua própria boca já condenou todos os deleites que afastam o espírito do homem da castidade e da pureza, ou que envolvem a mente em trevas (CALVINO, 2009b, p. 189-190).

Comentando o texto da Carta do Apóstolo Paulo a Timóteo, especificamente explicando a declaração "Porque nada trouxemos para o mundo" (1 Tm. 6.7), assinala Calvino (1998, p. 168-169):

Nossa cobiça é um abismo insaciável, a menos que seja ela restringida; e a melhor forma de mantê-la sob controle é não desejarmos nada além do necessário imposto pela presente vida; pois a razão pela qual não aceitamos esse limite está no fato de nossa ansiedade abarcar mil e uma existências, as quais de balde sonhamos só para nós. [...] cada um de nós prevê que suas necessidades absorverão vastas fortunas, como se possuíssemos um estômago bastante grande para comportar metade da terra. [...] Para assegurarmos que a suficiência [divina] nos satisfaça, aprendamos a controlar nossos desejos de modo a não querermos mais do que é necessário para a manutenção de nossa vida. Ao qualificar de alimento e cobertura, ele exclui o luxo e a superabundância. Pois a natureza vive contente com um pouco, e tudo quanto extrapola o uso natural é supérfluo. Não que algum uso mais liberal de possessões seja condenado como um mal em si mesmo, mas a ansiedade em torno delas é sempre pecaminosa.

Quando expõe os ensinamentos da segunda carta de Paulo aos Coríntios, assevera que "os crentes gozam de genuína riqueza quando confiam na providência divina que os mantém com suficiência e não se desvanecem em fazer o bem por falta de fé" (CALVINO, 1995, p. 193). Além disso, aponta que "ninguém é mais frustrado ou carente do que aquele que vive sem fé, cuja preocupação com suas posses dilui toda a sua paz" (CALVINO, 1995, p. 194).

Para Calvino, rico era aquele que não desejava mais do que já possuía, atestando acerca de si mesmo: "Confesso, deusas, que não sou pobre; pois não desejo mais além daquilo que possuo" (CALVINO, 1999a, p. 46); porquanto "quando depositamos nossa confiança nas riquezas, na verdade estamos transferindo para elas as prerrogativas que pertencem exclusivamente a Deus" (CALVINO, 1998, p. 182). Especificando objetivamente a agudeza do problema:

*Pôr o coração nas riquezas significa mais que simplesmente cobiçar a posse delas. Implica ser arrebatado por elas a nutrir uma falsa confiança. [...] É invariavelmente observado que a prosperidade e a abundância engendram um espírito altivo, levando prontamente os homens a nutrir presunção em seu procedimento diante de Deus, e a se precipitarem em lançar injúria contra seus semelhantes. Mas, na verdade o pior efeito a ser temido de um espírito cego e desgovernado desse gênero é que, na intoxicação da grandeza externa, somos levados a ignorar quão frágeis somos, e quão soberba e insolentemente nos exaltamos contra Deus (CALVINO, 1999b, p. 580, grifo do autor).*

Compreende Calvino que todas as dádivas que o homem recebe de Deus devem ter um uso social em benefício do próximo e não como um usufruto egoísta para si mesmo na satisfação dos seus desejos. Pois,

[...] temos de compartilhar liberalmente e agradavelmente todos e cada um dos favores do Senhor com os demais, pois isto é a única coisa que os legitima. Todas as bênçãos de que gozamos são depósitos divinos que temos recebido com a condição de distribuí-los aos demais. Não podemos imaginar uma incumbência mais apropriada a uma sugestão mais poderosa que esta (CALVINO, 2001, p. 77).

Visto que,

A Escritura [...] adverte-nos de que todas as graças que obtemos do Senhor nos foram confiadas por Ele com a condição de que contribuamos ao bem comum da Igreja; e, portanto, que o uso legítimo de todas essas graças implica a comunicação liberal e benigna delas aos demais. Para manter essa comunicação, não se poderia imaginar nenhuma outra regra, nem mais certa nem mais poderosa, pois nos ensina que todos os bens que valorizamos nos foram dados por Deus em depósito, e que os passou para nossas mãos com a condição de que os repartamos em benefício do próximo. A Escritura vai ainda mais longe quando compara essas graças às faculdades de que os membros do corpo humano foram dotados. Nenhum membro tem sua faculdade própria para si nem a aplica para uso privado, mas a transfere aos outros membros, e não tira daí outro proveito senão aquele que procede do bem-estar comum do corpo como um todo. Assim, seja o que for que o homem piedoso

possa, deve poder em benefício de seus irmãos; preocupando-se consigo em particular apenas na medida em que seu espírito está voltado para a edificação geral da Igreja. E assim, que isto seja para nós um método para a benignidade e a beneficência: somos administradores de tudo o que Deus nos conferiu com que podemos ajudar ao próximo, e estamos obrigados a prestar contas de nossa administração. Além de tudo, essa é a única dispensação correta, a exigida pela regra da caridade. Assim, não somente ocorrerá que uniremos sempre a preocupação com o bem-estar alheio com o cuidado de nossa própria utilidade, mas até subordinaremos este àquela (CALVINO, 2009b, p. 163).<sup>2</sup>

Explicando a segunda carta de Paulo aos Coríntios no capítulo 8, em que o apóstolo encorajava os crentes a arrecadarem dinheiro com vistas a auxiliar os cristãos de Jerusalém, pois passavam por grande fome e dependiam para a manutenção da sua subsistência da ação de misericórdia externa de outros irmãos, o reformador apresenta alguns ensinamentos sobre o tema em foco ao apontar:

Porque, ainda que seja universalmente consensual que é uma virtude louvável prestar ajuda ao necessitado, todavia nem todos os homens consideram o dar como sendo uma vantagem, nem tampouco o atribuem à graça de Deus. Ao contrário disso, acreditam que alguma coisa sua, ao ser doada, perdeu-se (CALVINO, 1995, p. 166).

---

2 - À frente, no parágrafo seguinte, continua Calvino: "Ademais, a fim de não esmorecermos ao fazer o bem (o que de outra forma necessariamente ocorreria em seguida), convém citar outro trecho do apóstolo: "O amor é paciente, não se irrita" (1 Co 13.4). O Senhor prescreve que se faça o bem a todos, sem exceção, ainda que eles sejam, em sua maior parte, completamente indignos, se são julgados pelos próprios méritos. Mas aqui a Escritura apresenta uma excelente razão, ao ensinar-nos que não devemos examinar o que os homens mereçam por si, mas sim considerar em todos a imagem de Deus, à qual devemos toda honra e amor. Ela deve ser observada ainda mais diligentemente naqueles que são "da família da fé" (Gl 6.10), enquanto é neles renovada e restaurada pelo Espírito de Cristo. Assim, qualquer um que se apresente agora e que esteja necessitado da tua ajuda, não tens motivo por que te recusares a dedicares-te a ele. Dize que é um estranho; mas o Senhor mesmo imprimiu nele uma marca que te deve ser familiar, em virtude da qual proíbe que menosprezes tua carne (Is 58.7). Dize que é um homem desprezível e sem valor; mas o Senhor demonstra que ele é alguém honrado para com ele; mas Deus como que o colocou em seu lugar, a fim de que, diante dele, reconheças os benefícios com os quais Deus te prendeu a si. Dize que ele é indigno de que te dê ao menor trabalho por causa dele; mas a imagem de Deus, por causa da qual ele te foi recomendado, esta é digna de que te does e a tudo quanto tens. E se ele não apenas não for merecedor de benefício algum, mas até tiver te provocado com injúrias e malefícios, nem mesmo isso é razão justa para que deixes de abraçá-lo com amor e prosseguir nos deveres do amor (Mt 6.14; 18.35; Lc 17.3). Dirás que ele é merecedor de algo muito diferente. Mas que merece o Senhor? Ele que, quando te ordena perdoar a esse homem qualquer pecado que tenha cometido contra ti, certamente quer considerá-lo cometido contra Ele. Este é, de fato, o único caminho para chegar àquilo que é tão contrário à natureza humana, além de difícil: amar aos que nos têm ódio, devolver males com bens, oferecer bênçãos aos que nos caluniam (Mt 5.44); se nos lembrarmos que não devemos pensar na malícia dos homens, mas considerar neles somente a imagem de Deus, que, com sua beleza e dignidade, nos persuade a amá-los e abraçá-los, uma vez apagados e esquecidos seus delitos" (CALVINO, 2009b, p. 164). Também afirma: "Embora a liberdade dos fiéis com respeito às coisas externas não deva ser obrigada por uma fórmula fixa, é certo, no entanto, que está sujeita a esta lei: que os fiéis sejam indulgentes consigo o menos possível; ao contrário, que tenham a intenção constante de inclinar-se a prescindir de toda ostentação de abundância supérflua, pois não só o luxo deve ser reprimido, e acautelem-se diligentemente para que não transformem auxílios em empecilhos" (CALVINO, 2009b, p. 189).

A possibilidade de se ser solícito com relação ao dinheiro em favor daqueles que necessitam não é uma tarefa possível apenas àqueles que estão abastados; "notemos bem como podemos ser sempre liberais mesmo quando mergulhados na mais terrível pobreza, se suprimos as deficiências de nossas bolsas pela generosidade de nossos corações" (CALVINO, 1995, p. 167); e, ainda, "os que dão de seus minguados recursos se mostram condescendentes além de suas possibilidades uma vez que de seus pobres meios ainda fazem alguma doação a outrem" (CALVINO, 1995, p. 168). Ensina a liberalidade e não a mesquinhez, o seu oposto:

O que nos torna mais avarentos do que deveríamos em relação ao nosso dinheiro é o fato de sermos tão precavidos e enxergarmos tão longe quanto possível os supostos perigos que nos podem sobrevir, e assim nos tornamos demasiadamente cautelosos e ansiosos, e passamos a trabalhar tão freneticamente como se devêssemos suprir de vez as necessidades de todo o curso de nossa vida, e afigura-se-nos como grande perda quando uma mínima parcela nos é tirada. Mas aquele que depende da bênção do Senhor tem o seu espírito livre dessas preocupações ridículas, enquanto que, ao mesmo tempo, tem suas mãos livres para a prática da beneficência (CALVINO, 1995, p. 167-168).

O homem é despenseiro das dádivas de Deus:

Visto que nosso Pai celestial nos concede todas as coisas por sua livre graça, devemos ser imitadores de sua graciosa benevolência, praticando também atos de bondade em favor de outrem; e em razão de nossos recursos virem dele, não somos mais que despenseiros dos dons de sua graça (CALVINO, 1995, p. 169).

Jesus Cristo é apresentado como o grande exemplo de solicitude:

Ele fez-se pobre porque abriu mão de sua possessão e por algum tempo deixou de exercer seus direitos. [...] ele santificou a pobreza em sua própria pessoa, para que os crentes não mais retrocedam diante dela, e por meio de sua pobreza ele nos enriqueceu, para que não mais achemos difícil tomar de nossa abundância e a usemos em favor de nossos irmãos (CALVINO, 1995, p. 172).

Uma advertência é enfatizada como uma diretriz quanto à motivação correta no exercício do auxílio ao próximo: "o Senhor não deseja que sejamos influenciados pela esperança de recompensa ou alguma retribuição em troca de nossa doação, mas ainda que os homens sejam ingratos, de modo que pareça termos perdido o que lhes doamos, devemos perseverar em fazer o bem" (CALVINO, 1995, p. 173). A disposição em ceder sempre deve ser tomada

como expressão de culto a Deus,<sup>3</sup> como uma motivação natural do coração, que tanto ricos como pobres podem e devem fazê-lo:

A disposição em dar não é avaliada pelo que você não tem, ou, em outras palavras, Deus jamais exige que você contribua mais do que seus recursos o permitem. Por este critério, ninguém é deixado com alguma escusa, visto que os ricos devem a Deus um grande tributo, e os pobres ficam destituídos de razão para se envergonhar se o que dão é muito pouco (CALVINO, 1995, p. 174).

Qual deve ser a finalidade das dádivas que Deus concede aos seus servos? Eis a resposta: "Deus não nos faz o bem com o fim de cada um de nós guardar para si mesmo o que recebe, mas para que haja mútua participação entre nós, de acordo com os reclamos das necessidades" (CALVINO, 1995, p. 191). Em sequência, expressamente assevera:

[...] assim como não nascemos unicamente para nós mesmos, também o cristão não deve viver unicamente para si mesmo, nem usar o que possui somente para os seus propósitos particulares ou pessoais. [...] Já que dar assistência às necessidades de nosso próximo é uma parte da justiça – e de forma alguma é a menor parte –, os que negligenciam esta parte de seu dever devem ser tidos na conta de injustos (CALVINO, 1995, p. 193).

Qual o espírito que os cristãos devem ter quando ajudam aqueles que necessitam? Calvino (2001, p. 39-40) responde de modo claro e direto:

Ao praticar uma caridade, os cristãos deveriam ter mais do que um rosto sorridente, uma expressão amável, uma linguagem educada.

Em primeiro lugar, deveriam se colocar no lugar daquela pessoa que necessita de ajuda, e simpatizarem-se com ela como se fossem eles mesmos que estivessem sofrendo. Seu dever é mostrar uma verdadeira humanidade e misericórdia, oferecendo sua ajuda com espontaneidade e rapidez como se fosse para si mesmos.

A piedade que surge do coração fará com que se desvaneça a arrogância e o orgulho, e nos prevenirá de termos uma atitude de reprovação ou desdém para com o pobre e o necessitado. Quando um membro de nosso corpo físico está enfermo, e todo o organismo tem que se pôr em ação para restaurá-lo e voltar à saúde, não temos uma atitude de desprezo em re-

---

3 - "Cada um deles deve contribuir segundo sua capacidade, e acrescenta, segundo seu modo de raciocinar, que Deus não considera a quantidade, e, sim, o coração. Pois quando ele diz que um coração disposto é aceitável a Deus segundo a capacidade de cada homem, ele quer dizer o seguinte: "Se ofereceis uma pequena oferta tirada de vossos poucos recursos, a vossa intenção é tão valiosa aos olhos de Deus como se fosse um rico a fazer uma grande oferta tirada da sua abundância" (CALVINO, 1995, p. 174).

lação a esse membro enfermo, nem cuidamos ou sustentamo-lo por obrigação, mas com nossa melhor vontade.

A ajuda mútua que as diferentes partes do corpo oferecem umas às outras, não é considerada pela lei da natureza como um favor, mas, sim, como algo lógico e normal, cuja negativa seria cruel. Portanto, se um homem tem realizado um serviço a outro, não deve considerar-se livre de todas as suas demais obrigações. Por exemplo, se alguém é rico e tem dado parte de sua propriedade, porém em troca se nega a ajudar a outros em seus problemas, não pode considerar-se escusado de haver cumprido com todas as suas obrigações.

Por mais importante que seja, cada homem deve dar-se conta que é devedor a seu próximo, e que o amor lhe manda dar até o limite de sua capacidade.

O grande fator motivador para auxílio e ajuda ao próximo está no fato de que o homem foi criado à imagem e semelhança do Criador, portanto, uma vez que "o bem que fazemos, aos homens" Deus considera "como sacrifício oferecido a ele próprio" (CALVINO, 1997a, p. 394).

Em sua obra *A verdadeira vida cristã* (2001), enfatiza: "A Escritura nos ajuda com um excelente argumento, ensinando-nos a não pensar no valor real do homem, mas só em sua criação, feita conforme a imagem de Deus. A Ele devemos toda honra e o amor de nosso ser" (CALVINO, 2001, p. 37). E continua, ao apresentar que a essência do ser humano consiste em ser imagem e semelhança de Deus, conseqüentemente, o fator de primordial impulso para fazer o bem ao próximo, portanto, uma responsabilidade ética sem precedentes que não poderá jamais ser esquecida. Observemos atentamente:

De modo que se alguém aparece diante de vocês necessitando de seus amáveis serviços, não há razão alguma em recusar-lhe tal ajuda.

Suponhamos que seja um estranho que necessita de nossa ajuda; mesmo por ser estranho, o Senhor tem posto nele Seu próprio selo e lhe tem feito como alguém de tua própria família; portanto, te proíbe de desprezar tua própria carne e sangue.

Suponhamos que seja vil e indigno; ainda assim, o Senhor lhe destinou como adorno, Sua própria imagem.

Suponhamos que não tenha nenhuma obrigação de servi-lo; ainda assim, o Senhor o tem colocado como se fosse Seu próprio substituto, de modo que nos sintamos obrigados pelos numerosos e incontáveis benefícios recebidos.

Suponhamos que seja alguém indigno do mais mínimo esforço a seu favor, porém a imagem de Deus nele é digna de dispormos a nós mesmo e nossas posses a ele.

Se ele não tem te mostrado amabilidade, mas que, pelo contrário, tem te maltratado com injúrias e insultos, ainda assim não há razão para não rodeá-lo com teu afeto e fazê-lo objeto de toda classe de favores.

Você poderia dizer que ele merece um trato muito diferente, porém, o que é que nos ordena o Senhor, não é que perdoemos as ofensas de todos os homens e que remetamos a causa a Deus? Este é o único caminho para obter aquilo que não só é dificultoso, mas que também é repugnante à natureza humana: amar a quem nos odeia, corresponder às injúrias com amabilidade e devolver bênçãos por insultos.

Recordemos sempre que não temos de pensar continuamente nas maldades do homem, mas, antes, darmos conta de que ele é portador da imagem de Deus.

Se com nosso amor cubrimos [sic] e fazemos desaparecer as faltas do próximo, considerando a beleza e a dignidade da imagem de Deus nele, seremos induzidos a ama-lo [sic] de coração.

Ver. Heb. 12.16; Gal. 6.10; Is. 58.7; Mat. 5.44; Luc. 17.3 e 4 (CALVINO, 2001, p. 37-38).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Calvino propõe um sistema ético fundamentado na doutrina bíblica da providência divina, um fundamento que capacita o cristão a aplicar na vida prática a tríplice constituição ética, que podemos resumir em três aspectos: poupança, vocação e frugalidade. Esse sistema ético foi aplicado ao mundo concreto motivando a criação da Bolsa Francesa, responsável pela assistência social aos refugiados que chegavam a Genebra calvinista durante as perseguições aos protestantes, dando-lhes condições suficientes para o exercício de suas vocações e promovendo o sustento financeiro como fruto do seu próprio trabalho. No âmbito educacional, serviu estimulando a oferta de ensino gratuito de altíssima qualidade a meninos e meninas que não possuíam recursos financeiros para custear seus estudos, visando não somente um desenvolvimento profissional, mas humanista e digno como cidadão. Também influenciou o direito na promoção de leis justas ao estabelecer um ordenamento jurídico pautado pela dignidade humana e a responsabilidade social de auxílio ao próximo, contribuindo e estimulando o senso de responsabilidade individual e a consciência do dever correto. Na esfera política, fundamentou um sistema democrático e representativo que influenciou amplamente o Ocidente, especialmente, possibilitando em germe o federalismo posterior. Economicamente, promoveu o desenvolvimento individual responsável engendrando progresso e crescimento às sociedades e nações que o abraçaram, mesmo que destituídos de seus compromissos religiosos credais.

## John Calvin's social ethics

**Abstract:** This article aims to expose in an objective and general way the fundamental concepts of social ethics proposed by the reformed Protestant John Calvin (1509-1564) from his biblical commentaries, practical works,



and especially his main work "The Institution of the Christian Religion". Calvin's ethics is one of the essential elements to understand the impact of his ideas as an influential contribution to the foundations of the modern West, especially in the political, economic and social spheres.

**Keywords:** Protestant Reformation. John Calvin. Theology. Ethics. Social responsibility.

## REFERÊNCIAS

- CALVINO, J. *A instituição da religião cristã*. São Paulo: Unesp, 2009a. t. 1.
- CALVINO, J. *A instituição da religião cristã*. São Paulo: Unesp, 2009b. t. 2.
- CALVINO, J. *A verdadeira vida cristã*. São Paulo: Novo Século, 2001.
- CALVINO, J. *As pastorais*. São Paulo: Paracletos, 1998.
- CALVINO, J. *Exposição de 2 Coríntios*. São Paulo: Paracletos, 1995.
- CALVINO, J. *Exposição de Hebreus*. São Paulo: Paracletos, 1997a.
- CALVINO, J. *Exposição de Romanos*. São Paulo: Paracletos, 1997b.
- CALVINO, J. *O Livro dos Salmos*. São Paulo: Paracletos, 1999a. v. 1.
- CALVINO, J. *O Livro dos Salmos*. São Paulo: Paracletos, 1999b. v. 2.
- COSTA, H. M. P. da. *João Calvino 500 anos: introdução ao seu pensamento e obra*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- FEBVRE, L. *Au coeur religieux du XVIe siècle*. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1968.
- HIRZEL, M. E.; SALLMANN, M. (ed.). *John Calvin's impacts on church and society*. Grand Rapids: Eerdmans, 2009.
- VILLEY, M. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- WITTE JR., *The reformation of rights: law, religion, and human rights in early modern Calvinism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Recebido em junho de 2021.

Aprovado em julho de 2021.